

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.710 - MG (2019/0094812-4)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : MARCELO TIAGO BARROS (PRESO)
ADVOGADO : VALDIMEIA CRISTINA ROCHA CAMPOS - MG169402
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de pedido liminar em recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por **Marcelo Tiago Barros**, impugnando acórdão proferido pela Quarta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais no HC n. 1.0000.19.012145-9/000, que denegou o *writ* na origem, mantendo a segregação cautelar provisória decretada em razão da suposta prática da conduta descrita no art. 157, § 2º, I e § 2º-A, I, e no art. 288, ambos do Código Penal e no art. 244-B da Lei n. 8.069/1990.

O acórdão do Tribunal *a quo* foi assim ementado (fl. 843):

EMENTA: *HABEAS CORPUS* – ROUBO MAJORADO, ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA E CORRUPÇÃO DE MENOR – REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA – IMPOSSIBILIDADE – GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO – ORDEM DENEGADA.

Estando a decisão devidamente fundamentada, demonstrando presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva, não há que se falar em reforma da decisão, vez que a prisão cautelar foi concretizada nos termos dos artigos 312 do Código de Processo Penal.

A reiteração de conduta delituosa, comprovada pelos inquéritos e ações penais em curso, aliada ao comportamento do paciente, indica concretamente sua propensão em cometer crimes, razão pela qual a manutenção da prisão se mostra necessária.

A condição pessoal favorável do paciente não impede, por si, a decretação da prisão preventiva, tão pouco confere ao paciente o direito subjetivo à concessão de liberdade provisória.

Inviável em sede de habeas corpus a análise de provas de autoria por depender de aprofundado exame dos elementos de convicção constantes nos autos.

O recorrente alega, nas suas razões recursais, em síntese, que não há provas seguras que evidenciam a sua participação no delito (fl. 861).

Sustenta que os fundamentos para a manutenção da prisão cautelar *são insubsistentes, frágeis, desproporcionais e desprovidos de razoabilidade, uma afronta a dignidade da pessoa humana*, e que está preso há mais de 90 dias, sem formação de culpa (fl. 862).

Salienta que, no dia do crime, *estava prestando serviços na Fazenda Nossa Senhora dos Remédios, localizada em Serra do Salitre - MG, cerca de 66 Km do local do crime*, inexistindo indícios de sua participação no delito (fl. 863).

Menciona que cumpre pena pela prática do crime previsto no art. 155 do Código Penal, *contudo não podemos presumir que por conta de uma condenação anterior o recorrente corre risco concreto de reiteração criminosa* (fl. 863).

Requer, ao final, a concessão liminar da ordem, com a revogação da prisão preventiva e a concessão da liberdade provisória (fl. 866).

É o relatório.

Neste momento, não me deparo com o *fumus boni iuris* necessário para a concessão da medida de urgência requerida.

Inicialmente, destaco o seguinte trecho da decisão que decretou a prisão preventiva do ora recorrente (fls. 549/550 - grifo nosso):

[...] As investigações realizadas até o momento revelam a suposta responsabilidade criminal dos representados, uma vez que ficou demonstrado que os investigados cometeram o crime de roubo, com unidade de propósitos, previamente entabulados e associados com o escopo específico de cometer crimes contra o patrimônio, constituindo verdadeira organização criminosa, uma vez que há fundada suspeita no sentido de que estão estruturalmente ordenados, com divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, sendo assim está configurado o *fumus comissi*, existindo indícios de autoria e de participação e o *periculum libertatis*, uma vez que soltos podem continuar a cometer crimes pela região da Comarca de Ibiá.

A materialidade é demonstrada pelo Boletim de Ocorrência de fl. 04/42.

A prisão preventiva dos investigados acima citados é medida necessária para a garantia da ordem pública, posto que verifico que a prisão preventiva dos acusados é necessária para permitir a escorreita instrução criminal, pois os investigados soltos são capazes de destruir e alterar elementos de prova, prejudicando a colheita probatória, além de continuarem com suas condutas criminosas. Ademais, verifico que o crime causou grande repercussão social nesta Comarca, gerando desarmonia e sensação de insegurança na comunidade.

Nesse sentido, a situação de liberdade dos investigados coloca em risco a própria objetividade jurídica que se quer tutelar na norma de proibição, gerando não apenas a intranquilidade pública, mas a sensação de impunidade a incentivar a própria recidiva da ação, de modo a justificar o afastamento da possibilidade de conceder liberdade provisória.

Importante ressaltar, também, que nesta fase do procedimento, não se exige prova plena, bastando meros indícios que demonstrem a probabilidade de os

indiciados serem autores do fato delituoso. Nesse sentido vem entendendo a jurisprudência pátria, senão vejamos:

[...]

Outrossim, o *writ* foi denegado na origem, mediante os seguintes fundamentos (fls. 847/850 – grifo nosso):

[...] Ao que se infere da citada decisão, **a prisão preventiva do paciente foi devidamente fundamentada, verificando o i. Magistrado as circunstâncias em que o crime ocorreu**, destacando que a segregação cautelar se faz **necessária para garantir a ordem pública**.

Assim, não há que se falar em falta de fundamentação concreta na decisão, nem a ausência dos requisitos autorizadores da preventiva, uma vez verificada a **materialidade e os indícios de autoria, que são comprovados pela denúncia** (doc. único, f. 793/798) e pelo relatório final da polícia (doc. único, f. 666/693). Ademais, **constata-se a gravidade concreta do delito, evidenciada pelos elementos apurados que indicam que o paciente se associou com 09 indivíduos e 02 menores com a finalidade de praticar delitos patrimoniais mediante violência ou grave ameaça contra a pessoa**.

Na data dos fatos, apurou-se que **o delito em questão foi praticado mediante concurso de pessoas, utilizando-se arma de fogo para ameaçar a vítima, amarrando-a e levando-a de refém, bem como por ter corrompido dois menores de idade, logrando os autores êxito ao subtrair-lhe R\$ 16.000,00 reais, dois carros e alguns pertences pessoais**.

Constatada tal gravidade em concreto do crime, a segregação cautelar se mostra necessária diante o eminente risco à ordem pública.

Nesse sentido, já se manifestou o Supremo Tribunal Federal:

[...] Além disso, é entendimento deste Tribunal que o envolvimento de menores na prática delitiva evidencia a periculosidade do agente, sendo a prisão preventiva necessária para a garantia da ordem pública. Vejamos:

[...] Além disso, em análise das FAC e CAC do paciente (doc. único, f. 799/815) e ao Relatório de sua Situação Processual Carcerária, disponível no SEEU – Sistema Eletrônico de Execução Unificada, percebo que o crime narrado no presente *writ* não é fato isolado em sua vida.

Isso porque **o paciente é reincidente, possuindo uma condenação transitada em julgado pelo delito de furto qualificado, estando o paciente cumprindo sua pena em regime aberto. Estas circunstâncias indicam risco concreto de reiteração, demonstrando à necessidade da cautelar**. Nesse sentido é entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

[...]

Como se vê, a prisão preventiva está adequadamente motivada em elementos concretos extraídos dos autos, notadamente o *modus operandi* empregado na prática delituosa, bem como na real gravidade do delito perpetrado (apontado como integrante de uma organização criminosa, tendo praticado o delito mediante concurso de 9 pessoas, com emprego de arma de fogo utilizada para ameaçar a vítima, a qual foi amarrada e levada como refém, com corrupção de dois menores de idade), o que, neste juízo liminar,

constitui base empírica idônea para determinar a manutenção da custódia.

Pacífico é o entendimento nesta Corte Superior de que *não há constrangimento ilegal quando a segregação provisória é decretada em razão do modus operandi com que o delito fora praticado* (RHC n. 96.834/MS, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 20/6/2018), muito menos nos casos em que se visa impedir a reiteração criminosa delitiva (HC n. 482.292/MG, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 14/2/2019).

Veja-se ainda: RHC n. 103.361/RS, de minha relatoria, Sexta Turma, DJe 2/4/2019; HC n. 481.611/SP, Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 28/3/2019 e HC n. 464.180/MG, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 11/3/2019.

Ademais, a questão referente ao alegado excesso de prazo para a formação da culpa não foi enfrentada pela Corte *a quo*, o que impede o seu conhecimento diretamente por este Superior Tribunal, sob pena de indevida supressão de instância (HC n. 454.616/BA, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 28/8/2018).

Não verifico, assim, caracterizado de plano o *fumus boni iuris*, considerando a gravidade concreta da conduta delituosa.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo da Vara Única da comarca de Ibiá/MG, especificamente quanto ao atual andamento da Ação Penal n. 0023125-21.2018.8.13.0295 (0295.18.002324-5).

Abra-se vista ao Ministério Público Federal.

Em seguida, conclusos.

Publique-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator